

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
BACHARELADO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Gabriel Cerchiari Gradim

**URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E CRITICA A ABORDAGEM
NEOCLÁSSICA:**

**Uma análise da economia de aglomeração no Brasil à luz da
economia política**

São Bernardo do Campo

2022

GABRIEL CERCHIARI GRADIM

**URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E CRÍTICA A ABORDAGEM NEOCLÁSSICA:
Uma análise da economia de aglomeração no Brasil à luz da economia política**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção de grau no
Bacharelado em Planejamento Territorial da
Universidade Federal do ABC.

Orientador: Prof. Dr. Jeroen Johannes Klink.

São Bernardo do Campo

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do ABC
Elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFABC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Gradim, Gabriel Cerchiar

Urbanização brasileira e crítica a abordagem neoclássica
: uma análise da economia de aglomeração no Brasil à luz
da economia política / Gabriel Cerchiar Gradim. — 2022.

35 fls.

Orientador: Jeroen Johaness Klink

Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal do
ABC, Bacharelado em Planejamento Territorial, São Bernardo
do Campo, 2022.

1. Economia Urbana. 2. Economia Urbana. 3. Economia de
Aglomeração. 4. Economia Política. I. Klink, Jeroen
Johaness. II. Bacharelado em Planejamento Territorial, 2022.
III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIEL CERCHIARI GRADIM

URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E CRITICA A ABORDAGEM NEOCLÁSSICA: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA DE AGLOMERAÇÃO NO BRASIL À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA

Esse Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para a obtenção do grau de Bacharel em Planejamento Territorial no curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC.

São Bernardo do Campo, 08 de Dezembro de 2022.

Prof^a. Dr^a. Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos
Coordenadora do Curso

Prof. Dr. Jeroen Johannes Klink
Orientador

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Luciana Nicolau Ferrara
Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Marcos Barcellos de Souza
Universidade Federal do ABC

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do ABC, pelo conhecimento que me foi proporcionado de maneira gratuita, e que pretendeu ser crítico do mundo em que vivemos.

Ao Bacharelado em Planejamento Territorial, pelos excelentes professores, que são apaixonados por suas respectivas áreas e que promovem uma nova forma de enxergarmos nossa relação com o território.

Ao meu orientador, Professor Doutor Jeroen Klink, que sou eternamente grato por ter me ajudado a realizar esta obra e por ter sido responsável, anos antes, por fazer despertar interesse no campo do Planejamento Territorial.

Aos membros da banca avaliadora, Professor Doutor Marcos Barcellos e Professora Doutora Luciana Ferrara, que além de ótimos profissionais, com os quais pude aprender muito durante a minha formação, proporcionaram as devidas críticas a este trabalho.

Agradeço meus pais, amigos e família por todo suporte durante os anos da minha graduação. Em especial a Beatriz, minha companheira, que me apoiou nos melhores e nos piores momentos.

RESUMO

O Brasil assim como outros países da América Latina, vivenciou o que ficou conhecido como “desenvolvimentismo”. Iniciado em 1930, esta política econômica pretendia através da intervenção do Estado na economia, a modernização das bases produtivas nacionais, deslocando-se do sistema agrário-exportador para o urbana-industrial. Através da industrialização, o Brasil atingiu o que ficou conhecido como “milagre econômico”: rápido crescimento econômico combinado com processo acelerado de urbanização. Porém, as especificidades estruturais brasileiras suportaram um processo de expansão do capitalismo que não rompeu com a enorme desigualdade social do país. Como resultado, houve a reprodução do atraso em meio ao crescimento “dinâmico” da economia, jogando os novos moradores das cidades, vindos do campo, para um tipo de pobreza sem precedentes. Essa má-inserção da população no ciclo de acumulação capitalista é um dos componentes do desenvolvimento concentrador. A ausência de ações do Estado preocupadas em repartir os ganhos do processo urbano-industrial, criou a chamada “crise urbana”, que vivenciamos até hoje. A literatura econômica hegemônica sobre os fenômenos urbanos, notadamente aquela produzida no norte do globo, vem de uma tradição metodológica considerada “acrítica” pela produção da economia política brasileira, pois apresenta uma leitura analítica da cidade a partir das escolhas individuais racionais e do equilíbrio. Como resultado, o entendimento que reside no mainstream da economia urbana, acaba ignorando os aspectos que tornaram a urbanização brasileira única e conturbada. Esta pesquisa torna-se relevante para compreendermos as raízes da crise em que estamos inseridos, e com isso, podermos pensar criticamente o planejamento para superá-la.

Palavras-chave: economia de aglomeração; economia política; economia neoclássica.

ABSTRACT

Brazil, like other countries in Latin America, experienced what became known as “developmentalism”. Initiated in 1930, this economic policy intended, through State intervention in the economy, the modernization of the national productive bases, shifting from the agrarian-export system to the urban-industrial one. Through industrialization, Brazil achieved what became known as an “economic miracle”: rapid economic growth combined with rapid urban expansion. However, the Brazilian structural specificities supported a process of expansion of capitalism that did not break with the country's enormous social inequality. As a result, backwardness was reproduced in the midst of the “dynamic” growth of the economy, throwing new city dwellers, coming from the countryside, into an unprecedented type of poverty. This poor insertion of the population in the cycle of capitalist accumulation is one of the components of concentrated development. The absence of State actions concerned with sharing the gains of the urban-industrial process created the so-called “urban crisis”, which we still experience today. The hegemonic economic literature on urban phenomena, notably that produced in the north of the globe, comes from a methodological tradition considered “uncritical” by the production of Brazilian political economy due to its analytical reading of the city organized around individual rational choice and equilibrium. As a result, the understanding that resides in the mainstream of urban economics ends up ignoring the aspects that made Brazilian urbanization unique and troubled. This research becomes relevant for us to understand the roots of the crisis in which we are inserted, and with that, we can think critically about the planning to overcome it.

Keywords: agglomeration economics; political economy; neoclassical economics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A síntese neoclássica da cidade	10
1.1. Leitura neoclássica mainstream	13
2. Industrialização e urbanização no Brasil	16
2.1 - O mito do “milagre econômico”	17
2.2 - Caminho para “crise urbana”	26
2.3 - Crítica à síntese neoclássica	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Do conjunto de conceitos compreendidos dentro da economia urbana, a economia de aglomeração sintetiza os fatores que tornam as cidades industriais o centro da reprodução econômica na sociedade do século XX. Baseada no modelo de preços agrícolas de Von Thünen, a economia de aglomeração passou por renovações desde o trabalho pioneiro de Alfred Marshall, investigando posteriormente o fenômeno da microlocalização urbana e dos arranjos produtivos locais.

Dessa intersecção da economia com a geografia, surgiram no campo neoclássico algumas obras que abordam o funcionamento das cidades de maneira mais empírica. Tentando capturar o sentido das dinâmicas urbanas ao longo da história humana, o economista estadunidense Edward Glaeser argumenta que os benefícios da ação de aglomerar é o que torna as cidades o triunfo da nossa civilização, expressa pela capacidade do meio urbano em produzir o crescimento econômico, os avanços tecnológicos e as mudanças culturais.

Apesar de não discorrer sobre a definição de economia de aglomeração, Glaeser acredita que as capacidades intrínsecas da cidade podem conduzir a sociedade em direção a redução de suas disparidades. Desse modo, a eficiência coletiva produzida pela escolha racional dos agentes urbanos, produziria também as oportunidades de mudança, se traduzindo nas melhores condições de acesso aos bens públicos e privados pela população.

O pensamento de Glaeser é uma boa representação da leitura neoclássica sobre o fenômeno urbano, que ignora as estruturas políticas e sociais como entraves no processo de apropriação da riqueza de forma mais igualitária. No entanto, literatura da economia política brasileira produziu as devidas críticas ao alcance dos modelos de análise neoclássicos - bem como seus prognósticos - que não são suficientes para entender a reprodução capitalista no sul global, como no caso do Brasil, onde através da industrialização-urbanização, o desenvolvimento econômico se deu de maneira *desigual e combinada* (TROTSKY, 1906 *apud* LOWY, 1995).

As mudanças na estrutura produtiva do país a partir de 1930, ocorreram sobre certas especificidades que produziram (e reproduziram) desequilíbrios internos, e para responder a essas contradições que surgem diametralmente ao período do

“milagre econômico” brasileiro, nos apropriamos da crítica produzida pelo sociólogo marxista Francisco de Oliveira, e o economista cepalino Wilson Cano, para analisarmos a expansão do nacional-desenvolvimentismo ao modo brasileiro, e sua relação com a urbanização precária. Apesar de haver divergências entre as duas leituras e seus respectivos campos teóricos, ambas concordam que essa orientação produziu um Brasil amorfo, que comporta ilhas dinâmicas e atrasadas dentro da mesma formação do espaço nacional.

Através da revisão bibliográfica dos principais componentes teóricos e metodológicos da economia urbana neoclássica e de dois dos principais autores brasileiros da economia política, este trabalho fará o exercício da dialética entre as correntes ortodoxa e heterodoxa, trazendo um estudo de caso da situação metropolitana brasileira. Levantado os principais argumentos dos dois campos teóricos, faremos uma reflexão sobre a insuficiência da síntese neoclássica na perspectiva estruturalista-desenvolvimentista e marxista.

Após esta introdução, este trabalho é organizado em três seções. Na primeira, discutimos a síntese neoclássica do uso e ocupação do solo nas cidades e conceitos complementares como a economia de aglomeração. Na segunda seguimos com o debate da economia política da urbanização brasileira com o objetivo de problematizar a teoria ortodoxa por meio de uma leitura das especificidades geográficas e históricas da trajetória das cidades brasileiras. Na conclusão apresentamos uma síntese e alguns elementos para uma agenda de pesquisa sobre a economia urbana no contexto brasileiro.

1. A síntese neoclássica da cidade

Economia de aglomeração é o conceito chave para entendermos as cidades após as transformações espaciais e produtivas introduzidas na segunda revolução industrial, iniciada na metade do século XIX. É através desse conceito que podemos compreender o surgimento da metrópole de São Paulo no século XX, caracterizada por uma densa rede de empresas industriais que, articulando-se produtivamente, geram as atividades econômicas que empregam o exército de mão-de-obra nos centros urbanos. (KRUGMAN, 1996. KLINK, não-publicado).

Para fins desta pesquisa, precisamos desvendar os componentes teóricos que nos permitem entender como, durante o século XX, a cidade industrial tornou-se o centro de nossa sociedade, tornando-se um *espaço privilegiado para a geração e apropriação do valor e da riqueza, mas também para a reprodução da própria vida* (LEFEBVRE, 2001 *apud* KLINK, não-publicado). Outro motivo relevante para discutirmos a definição de economia de aglomeração foi o fato dela ocupar durante muito tempo um lugar de destaque na visão neoclássica sobre o fenômeno industrial, atingindo posição hegemônica no debate sobre a economia urbana, e que apresentaremos as devidas críticas ao longo do texto. Apesar da economia de aglomeração ter sido complementada com outros debates (p.ex. o terciário urbano) enquanto modelo de representação da cidade desde a queda do modo de produção fordista, o espaço urbano brasileiro esteve submetido desde sua gênese à esta lógica de concentração das atividades produtivas, por isso, entender este modelo pode nos fornecer alguns insumos para compreender o processo de expansão do capitalismo industrial-urbano.

A economia de aglomeração se refere a um sistema produtivo local que gera as externalidades positivas pela proximidade geográfica dos atores no território. Estes conceitos foram mais bem enquadrados na obra primordial *Principles of Economics* de Alfred Marshall, que explicava a dinâmica virtuosa da atividade industrial, sendo aprofundado posteriormente por outros autores no contexto das economias regionais. Para Marshall (1920), existem três fatores entrelaçados que permitem a trajetória virtuosa das economias de aglomeração: i) a oferta de grande variedade de mão-de-obra especializada; ii) a existência de extensa rede de fornecedores especializados e iii) a emergência de externalidades tecnológicas positivas, ou seja,

o encadeamento de benefícios tecnológicos não-mercantilizados, mediado e difundido pela proximidade espacial que marca a aglomeração.

Krugman (1991) acrescenta que a economia de aglomeração gera um efeito de duplo-ganho para as metrópoles. De um lado, a diminuição dos custos de transação na forma do fortalecimento da relação insumo-produto horizontalizada pela proximidade entre as empresas e seus fornecedores, com redução dos custos de contratação de mão-de-obra especializada, que existe em abundância nos grandes centros urbanos. Do outro lado, o ganho de eficiência coletivo advindo da divisão social do trabalho nesta complexa rede produtiva. A soma dessas vantagens confere às metrópoles uma maior competitividade em relação a outras regiões, o que permite um crescimento na oferta de emprego com salários mais elevados e, portanto, uma expansão da demanda agregada e uma ampliação da base tributária.

Autores como Becattini (1990) e Klink (2001) argumentam que as vantagens relacionadas às economias de aglomeração são produto da qualidade das instituições locais que proporcionaram um arcabouço de regras que norteiam o comportamento dos atores produtivos, e não somente da existência dos três componentes descritos anteriormente por Marshall. Ao observar o exemplo da terceira Itália, Becattini destaca o papel dos sindicatos sobre as relações trabalhistas, a proximidade das empresas com bancos locais, as políticas públicas exercidas nos diferentes níveis de governo, entre outros aspectos de uma forte governança territorial que são responsáveis por construir as condições para cooperação entre os agentes.

Destas relações, Storper (1997) esclarece que no contexto econômico do pós-fordismo, a trajetória virtuosa dos arranjos produtivos regionais está diretamente ligada à capacidade destes gerarem externalidades tecnológicas positivas a partir de suas dinâmicas internas. Através do processo de circulação de informações e ideias, os atores difundem os novos conhecimentos entre si, como novas técnicas, tecnologias e processos produtivos, cujo resultado é um ambiente favorável à inovação. Considerando isso, o sucesso das economias de aglomeração está intimamente ligado aos espaços de criação e disseminação do conhecimento, por exemplo, por meio das universidades, dos departamentos de P & D das empresas, das incubadoras de novos negócios e similares.

Apesar dos pilares da economia de aglomeração serem um consenso entre as correntes epistemológicas da economia, existem divergências quanto à inserção destes arranjos econômicos-territoriais nos estudos da economia urbana. Krugman (1991) argumenta que o conceito da economia de aglomeração é central para compreender a emergência da área central urbana, variável não explicada pela abordagem neoclássica tradicional da cidade conforme autores como Alonso (1964 *apud* KLINK, não-publicado) e Muth (1969 *apud* KLINK, não-publicado). De acordo com estes últimos, a ordem urbana emerge como resultado natural das escolhas individuais racionais dos agentes (consumidores e produtores) em torno do preço fundiário e dos custos de transporte associados aos movimentos pendulares diários para fins de estudo ou trabalho. Como resultado destas escolhas individuais, os preços fundiários são mais elevados nas localizações mais próximas ao centro, mas ao mesmo tempo estas localizações centrais permitem economias em termos dos custos de transporte. Por outro lado, localizações mais afastadas da áreas central geram maiores custos de transporte, mas se beneficiam de um preço menor para aquisição da terra. O problema central desta síntese neoclássica, conforme argumenta Krugman, é que a própria existência da área central permanece como variável exógena no arcabouço teórico. Para equacionar este impasse na teoria neoclássica tradicional, o autor utiliza o instrumental matemático neoclássico para modelar o conceito de economia de aglomeração. Mais particularmente, ele lança mão de um modelo microeconômico baseado nos pressupostos de concorrência imperfeita e rendimentos crescentes de escala para explicar a emergência do próprio centro urbano (KRUGMAN, 1991).

É a dinâmica multiplicadora da área central que atrai as empresas, fornecedores e trabalhadores de “alto valor”, que aceitam pagar os custos de localizar-se no centro e ter acesso aos serviços de melhor qualidade, infraestrutura adequada, menores custos e/ou menores distâncias de deslocamento, empregos com maiores salários, contato com as novas ideias, tendências etc.. Isso se traduz em maior produtividade, aumento do valor agregado, novas atividades complementares, entre outras faces da capacidade das aglomerações.

1.1. Leitura neoclássica *mainstream*

De Marshall a Krugman, os modelos de representação neoclássicos passaram por renovações que refletissem as transformações produtivas e espaciais que ocorreram ao longo do século XX. Mesmo com a atualização do debate econômico frente ao regime de *especialização flexível* (PIORE; SABEL, 1984 *apud* MATTEO, 2011), a análise do urbano preservou alguns elementos relativos a economia de aglomeração, mesmo com o deslocamento de importância econômica do setor secundário para o terciário, como a noção de crescimento equilibrado e a oposição entre centro e periferia, com concentração espacial das atividades produtivas neste primeiro.

Materializando as dinâmicas promovidas pela economia de aglomeração no mundo contemporâneo pós-fordista, Edward Glaeser (2016) realizou um longo estudo sobre as cidades do mundo em diferentes períodos da história, para sustentar que as aglomerações urbanas são, de modo geral, a melhor forma possível de organização da sociedade, tanto em termos de crescimento econômico, como na dimensão da qualidade de vida. Seu livro não se propõe a discutir conceitualmente a economia de aglomeração ou de forma mais ampla, a economia urbana, mas sim, observar aspectos empíricos que a *causalidade circular* (KRUGMAN, 1991) das cidades pode proporcionar. No prefácio da versão brasileira, o autor declara: “Este livro não ignora as desvantagens da densidade urbana, mas argumenta com veemência contra os defensores de políticas antiurbanas que desejam restringir artificialmente o crescimento das cidades” (GLAESER, 2016, p. iii).

Glaeser (2016) detecta que existe um ciclo de vida para as cidades, elas nascem, crescem e vivem, às vezes, morrem. Algumas cidades são dotadas das qualidades necessárias que permitem sua adaptação e renovação, permanecendo gloriosas e gerando oportunidades que melhoram a vida das pessoas - são essas as cidades que prosperam. Algumas cidades, porém, encontram-se em decadência e não podem proporcionar as condições de superação dos males da sociedade.

Um exemplo deste tipo de entendimento pode ser encontrado nas passagens (do livro) que abordam o tema da pobreza, um dos pontos centrais da análise de Glaeser. Através de dados socioeconômicos e citando como exemplo o Brasil, Índia

e os Estados Unidos, o autor afirma que a pobreza no meio rural tende a ser mais severa que a pobreza urbana em razão da falta oportunidades de mobilidade social e do acesso precário aos serviços públicos, mesmo que a situação da pobreza urbana seja ainda bastante cruel e violenta. Ele então conclui que as cidades precisam continuar recebendo os novos migrantes que chegam à procura de melhores condições de vida, já que estes novos moradores - mesmo que pobres - estariam em melhores condições se comparados a vida no campo, ou até mesmo a vida em uma pequena cidade.

Esta condição de migração contínua impulsiona o espraiamento das cidades, como também seu adensamento, que é criticada por alguns planejadores devido a ocorrência dos problemas tipicamente urbanos, como o trânsito. A expansão da mancha urbana eleva o tempo e a distância para o trabalhador se deslocar de um ponto ao outro da cidade, o que explica a existência dos cortiços próximos à área central (baixo custo de moradia e proximidade à bacia de empregos). Ainda sobre os movimentos pendulares, temos também o agravamento da poluição, já que a grande maioria das cidades do mundo foram se constituindo em torno da lógica rodoviarista, fortemente baseada no automóvel como principal meio de transporte. Mesmo sob essas condições, Glaeser (2016) afirma que é muito pior controlar o crescimento das cidades - verticalmente e horizontalmente - por causa das distorções que este zoneamento causa ao mercado de habitação, encarecendo o preço da moradia. Se limitarmos o alargamento da cidade, precisamos compensar a perda de capacidade habitacional com o adensamento. Se limitarmos o coeficiente de aproveitamento dos lotes (em outras palavras, o adensamento), haverá uma pressão que empurra as bordas da cidade.

Isso demonstra o pensamento de Glaeser acerca da relação entre mercado e sociedade, onde o poder público deve utilizar adequadamente as estruturas de mercado para acomodarem a população nas cidades com qualidade. O autor esclarece que os principais problemas urbanos não serão resolvidos somente com a *confiança negligente no livre mercado* (GLAESER, 2016, p. 10), mas sim com a sociedade e o Estado agindo de forma a proporcionar as condições para que o mercado funcione corretamente, alocando recursos com eficiência e beneficiando o coletivo.

Dito isso, as cidades bem sucedidas são aquelas em que o mercado proporciona o maior conjunto de oportunidades possíveis para o indivíduo, como empregos com maiores salários, menores custos dos serviços privados, maior qualidade dos serviços públicos, etc.. Portanto, se o custo de vida aumenta ou a qualidade dos serviços caem, a quantidade de oportunidades (ou bens) que o indivíduo pode usufruir será reduzida, reduzindo também seu bem-estar. É como se a curva de indiferença na cidade estivesse acima da curva de indiferença no campo, explicando porque é preferível ao indivíduo localizar-se na cidade, mesmo adensada e talvez caótica. A relação entre custo e benefício que se apresenta no argumento de Glaeser, torna preferível as vantagens da aglomeração em oposição às suas externalidades.

Cria-se assim uma relação de mutualidade, já que as cidades absorvem os benefícios do contingente de trabalhadores e das empresas que lá produzem, consomem e pagam seus impostos. Por consequência, essas empresas e trabalhadores são responsáveis por conferirem (as cidades) as condições de sua geração. Como a aglomeração é o que permite este ciclo virtuoso, que se traduz em oportunidades de desenvolvimento aos menos abastados, as favelas são resultado da atratividade urbana e não devem ser encaradas como algo essencialmente ruim. Impedir o crescimento da cidade de inúmeras formas, afetaria então sua própria existência.

Estas afirmações enquadram um dos pilares do pensamento econômico mainstream sobre o urbano, que apoia-se na ideia de que a perspectiva de geração de riqueza na cidade tende a atrair a população em busca de emprego alinhado às suas capacidades, e beneficiar todos os envolvidos no processo. Por esse motivo, a pobreza na percepção de Glaeser, é uma condição temporária e significa apenas que os indivíduos foram inseridos no ciclo de acumulação a pouco tempo, mas geracionalmente, aquele trabalhador, aquela família, aquele bairro, irá melhorar suas condições materiais.

2. Industrialização e urbanização no Brasil

Feita a caracterização da abordagem neoclássica que atingiu o *mainstream* através da leitura urbana de Edward Glaeser, partimos para as leituras da economia política, em específico a crítica produzida pelo marxismo, através de Francisco de Oliveira, e pelo estruturalismo cepalino, tecidas por Wilson Cano, sobre as particularidades do contexto econômico brasileiro durante o processo de industrialização-urbanização iniciado no século XX. A discussão é feita ao redor da reprodução capitalista com base industrial, que ao contrário da leitura ortodoxa, não significou o avanço completo do sistema, com superação dos setores atrasados e de baixa renda. Muito pelo contrário, a modernização apoia-se na manutenção do “atraso” para extrair seus excedentes.

O êxodo rural não ocorreu exclusivamente no Brasil, assim como o binômio industrialização-urbanização, mas em comparação aos países da Europa Ocidental e da América do Norte, onde parte da literatura desta pesquisa foi produzida, esse processo se deu de maneira mais gradativa, acompanhado de uma transição econômica que já se desenrolava a décadas antes, no apogeu da segunda revolução industrial. A expansão capitalista voltada para dentro, não foi capaz de corrigir as desigualdades estruturais brasileiras, que desdobraram-se na nascente urbanização por meio da persistência dos baixos salários, resultando na pobreza nas cidades e na degradação das condições humanas.

Certas abstrações dos modelos microeconômicos induzem a um entendimento simplificado do desenvolvimentismo no Brasil, indicando um prognóstico para as cidades com um certo grau de descolamento da realidade do país. Como afirma Francisco de Oliveira (2003, pg. 20), “O ‘economicismo’ das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia.”.

2.1 - O mito do “milagre econômico”

Sabemos que o processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma diferenciada em comparação com o norte global, causado pela industrialização tardia e a acentuada migração do campo para as principais cidades do país, o que pavimentou a chamada *crise urbana* que vivemos hoje, como apontou Wilson Cano (2011). Referido processo é relevante para o caso brasileiro, que desde meados dos anos 30, comportou os megaprojetos de industrialização encabeçados pelo Estado. Foi inaugurada a era desenvolvimentista, modelo de desenvolvimento fordista que gerou uma rápida expansão econômica e a mudança nas bases produtivas em escala nacional, mas que contraditoriamente, também acentuou diversas mazelas sociais.

Este modelo foi introduzido frente à crise de superprodução de 1929, onde investimento na industrialização funcionou como a principal estratégia dos governos brasileiros para superar a base produtiva primária-exportadora do país, por meio da Política de Substituição de Importações (PSI). Vale destacar que o processo de substituição de importações não ocorreu como resultado do acúmulo de capitais pela elite cafeeira, foi um movimento de transformação intencionalmente proposto pelo então presidente Getúlio Vargas, como forma de alterar o centro político brasileiro que estava sob forte hegemonia das elites agrárias. O que se busca aqui é eliminar qualquer vestígio de que a industrialização em sua totalidade, tenha ocorrido como etapa natural do processo de acumulação no setor primário, semelhante ao que a leitura econômica clássica defende.

Até o final do século XIX, o Brasil possuía apenas duas cidades com mais de 100 mil habitantes, sendo elas Rio de Janeiro e Salvador. O *burgo sonolento* de São Paulo possuía em 1890, cerca de 50 mil habitantes (MONBEIG, 2004). Dez anos depois, em 1900, seu contingente populacional saltou para 239 mil habitantes, quase 5 vezes mais que no século passado. Para efeitos desta pesquisa, o estado de São Paulo teve no mesmo período, um crescimento populacional em torno de 50%, indo de 1,5 milhões de habitantes para aproximadamente 2,3 milhões (MONBEIG, 2004). Em termos de comparação, de 1890 a 1900, a população brasileira cresceu de 14,3 milhões para 17,4 milhões (IBGE, 2000). Em 1940, o Brasil registrava mais de 41 milhões de habitantes (IBGE, 2000), a cidade de São

Paulo sozinho contava com mais de 1,3 milhões de residentes, enquanto o estado de São Paulo contabiliza cerca de 7,2 milhões (MONBEIG, 2004). Este crescimento acentuado demonstra não só a força das cidades, mas como o centro econômico do Brasil vinha se deslocando para o Sudeste desde a introdução do café.

Para dar início a esse novo ciclo de acumulação de base industrial-urbana, Vargas executou o que Francisco de Oliveira (2003, p. 24) chamou de *destruição das regras do jogo da economia*. Por meio da intervenção do Estado, buscou-se reorientar o capital do setor primário para o setor secundário, por meio da tributação e confisco das divisas geradas pelo principal produto de exportação do país. Usufruindo da estabelecida Política de Valorização do Café (PVC), que controlava a oferta dos grãos para evitar sua desvalorização no mercado internacional, as divisas geradas na exportação transformaram-se em tributos que seriam injetados na indústria através de crédito e subsídios para a aquisição dos bens de capital necessários.

Além das questões exclusivamente econômicas, o movimento de substituição, ou melhor dizendo, da modificação das bases produtivas brasileiras, tinham um componente político-social. Neste período, acirraram-se as lutas populares por melhores condições de emprego, que foram respondidas diretamente pela indústria nascente. Inicia-se assim o populismo, que respalda o impulso modernizador da industrialização, servindo ao mesmo tempo a classe trabalhadora e os interesses da nova burguesia industrial.

Antes de 1930, a incipiente indústria brasileira consistia de unidades fabris diretamente ligadas à produção do campo, como a indústria têxtil relacionada ao algodão plantado no norte e nordeste, ou das refinarias de açúcar, extensão dos engenhos. De maneira geral, eram setores pouco articulados entre si e que operavam sobre o modelo da cidade-empresa, em oposição ao sistema da economia de aglomeração iniciado pela industrialização. Esta orientação produtiva dispersa não era suficiente para o surgimento de uma rede urbana complexa e conectada, geradora de serviço integrados à produção das fábricas e que permitiria o estabelecimento das cidades propriamente ditas.

A modernização iniciada partir de 30, alocaria os incentivos do Estado para a indústria de bens de consumo não-duráveis em um primeiro momento, o que incidiu mais diretamente no consumo - muito importante para o ciclo interno de acumulação

industrial - e por consequência, afetou a renda das camadas da base da pirâmide social, a qual o operariado urbano pertence. Como condição desse novo sistema, em 1936 é sancionada a lei do salário mínimo estadual (Lei Nº 185), que marca o início das leis trabalhistas no Brasil. Somente em 1940, o salário mínimo passou a ter um valor único nacional (Decreto-Lei Nº 2162), e só em 1943 (Decreto-Lei Nº 5452) passou a vigorar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que conhecemos hoje, estabelecendo férias, décimo terceiro salário entre outros benefícios. No texto de 1940, o valor do salário deriva do custo necessário para o trabalhador “satisfazer suas necessidades” (Brasil, 1940), considerando os gastos com alimentação, vestuário, higiene, moradia, transporte etc., permitindo ao assalariado ter condições mínimas para sua reprodução. Este *pacto de classes*, como chamou Oliveira (2003, p. 43), permitia a participação dos trabalhadores no ciclo de expansão do capitalismo através do consumo dos bens industrializados, condição quase que necessária para o ciclo descrito. Para o empregador, o salário mínimo mantinha a níveis baixos o custo da mão-de-obra em comparação ao excedente apropriado, permitindo a acumulação necessária para a continuidade da expansão do capitalismo industrial no Brasil.

Este novo ciclo de acumulação alterava o papel das atividades agrícolas na economia nacional, que até 1956, teriam sua participação no produto interno superada pela indústria (OLIVEIRA, 2003, p. 24). Apesar da ação deliberada de modificar as estruturas de poder do país por meio da modernização produtiva, a política industrial nunca esvaziou a produção agrária-extrativista. Além da exportação, ela passaria a atender a demanda de insumos da indústria, e ao mesmo tempo, produzir os alimentos para abastecer os crescentes mercados urbanos. O trabalhador rural não tinha direito ao salário mínimo estabelecido por lei, permitindo ao grande proprietário de terras explorar o trabalho do camponês a um custo menor que na indústria. Por esse motivo, a produção de alimentos para o mercado interno manteve seus preços baixos, sem a necessidade de emprego de novas técnicas, máquinas ou insumos químicos no campo para obter ganhos de produtividade. Esta condição contribuiu para manter o salário mínimo a níveis baixos, já que este se baseava no custo de subsistência do trabalhador. Para Oliveira (2003, p. 43), a industrialização brasileira nos moldes em que ela ocorreu, permitiu a *preservação* de um modo de produção moderno e outro *primitivo*, contrariando a teoria econômica

clássica onde a transição de um modo de acumulação para outro, significa a *destruição completa do antigo* (modo). A demanda pelo produto agrícola no mercado interno foi responsável até o momento pela continuidade da oferta de trabalho no campo, apesar das diferenças salariais em comparação às cidades, que engrossaram o fluxo migratório para São Paulo e o Rio de Janeiro .

A recente indústria de bens de consumo não-duráveis que estava se formando, encontrou no anos seguintes as condições necessárias para sua continuidade: alta das moedas estrangeiras, escassez de produtos no mercado internacional e o protecionismo ao mercado nacional proporcionado pelo Estado. Isso possibilitou aos bens (de consumo) não-duráveis nacionais, inicialmente mais caros e de menor qualidade, serem competitivos em relação aos produtos importados. Ao passo em que a indústria de bens não-duráveis se solidifica e o capital se acumula, iniciam-se as próximas etapas do processo de nacionalização, com a indústria de bens duráveis, intermediários e de capital. A indústria de forma geral dependia da importação de tecnologia, já que a pobre base de acumulação que o país estava submetido, não criou os condicionantes para desenvolvermos a técnica e os bens de capital necessários. Oliveira (2003, p. 51) explica que nunca fez parte da pauta industrialista do Estado a transferência de tecnologia para as empresas nacionais, o objetivo principal, senão o único objetivo, era o contínuo ciclo de expansão da indústria e apropriação dos excedentes pela elite burguesa.

A orientação agrária-exportadora do passado, não produziu as condições necessárias para a integração dos mercados internos, com exceção da economia cafeeira no estado de São Paulo, que permitiu a formação de um rede de cidades com funções diversificadas, a qual seria utilizada pela indústria para desenvolver os componentes de uma economia propriamente urbana (CANO, 2011). À medida que a indústria se expande, estreita-se sua relação com o setor de serviços por dois motivos principais. Primeiro, como extensão da fábrica, com serviços especializados ligados à produção como logística e administração, e segundo, na forma de serviços propriamente urbanos, como os serviços pessoais, que empregam parte do exército de reserva formado pelos recém-chegados do campo. Ocorre então um processo de estratificação da base da sociedade urbana: os operários assalariados e os trabalhadores informais, sendo este segundo empregado pela renda dos primeiros. O autor elucida:

Serviços que, para serem prestados fora das famílias, exigiriam uma infra-estrutura de que as cidades não dispõem e, evidentemente, uma base de acumulação capitalística que não existe. A lavagem de roupas em casa somente pode ser substituída em termos de custos por lavagem industrial que compita com os baixos salários pagos às empregadas domésticas; o motorista particular que leva as crianças à escola somente pode ser substituído por um eficiente sistema de transportes coletivos que não existe. Comparado com um americano médio, um brasileiro da classe média, com rendimentos monetários equivalentes, desfruta de um padrão de vida real mais alto, incluindo-se neste todo tipo de serviços pessoais no nível da família, basicamente sustentado na exploração da mão-de-obra, sobretudo feminina. (Francisco de Oliveira, 2003, p. 104)

Chegamos ao fim do primeiro governo Vargas, em 1945, com queda no salário mínimo real pela inflação que afetava os preços dos alimentos e dos bens não-duráveis. Desenhava-se aqui os sinais da que mais tarde culminaram na recessão econômica dos anos 60. Em 1956, a industrialização se acelerou novamente no governo de Juscelino Kubitschek, com o seu ambicioso plano de metas “cinquenta anos em cinco”, marcando a fase de industrialização pesada com uso intensivo de tecnologia e capital.

Por meio das indústrias de base fundadas por Vargas, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, essa nova etapa do desenvolvimentismo buscou a ampliação das capacidades produtivas do país como forma de eliminar as barreiras para o crescimento econômico. Foram mobilizados investimentos na infraestrutura de transporte, como rodovias, portos e aeroportos, e das bases energéticas, com as hidrelétricas e o aumento na produção de petróleo pela recém fundada Petrobras.

Com a complexificação da indústria, surgem novas ocupações por necessidades técnicas e produtivas, cujos salários suscitaram o surgimento de uma nova classe urbana, a classe média, detentora do poder de compra que dava acesso aos bens duráveis como eletrodomésticos e carros, considerados os setores “dinâmicos” da indústria. Tanto as tecnologias incorporadas na indústria “de ponta” como nos setores “tradicionais” nesta segunda fase da industrialização, eram altamente poupadoras de mão-de-obra. Oliveira (2003, pg. 44) aponta que isso teve dois efeitos: i) os salários reais se distanciaram ainda mais dos *rendimentos do capital*,

afetando os empregos industriais *diretos* e *indiretos* (o setor de serviços propriamente urbanos); ii) houve um salto de produtividade devidamente apropriado pelos industriais que não refletiu no aumento dos salários. Continuamente, o ciclo de expansão do capitalismo industrial opera concentrando renda sem efeitos equivalentes nos salários reais.

Comparado ao rural, as condições da vida na cidade eram aparentemente melhores. Os trabalhadores gozavam de bens de consumo aos quais não tinham acesso, o que segundo Oliveira (2003, p. 60), afastou deles a consciência de classe necessária para pressionar o Estado por uma melhor participação no excedente gerado. Serviços públicos e direitos trabalhistas geram a falsa impressão de mobilidade social à população, que sustenta todo processo de acumulação industrial a salários *irrisórios* (OLIVEIRA, 2003, p. 51). Mario Pochmann (2014, p. 60) demonstra que enquanto o PIB *per capita* cresceu ininterruptamente ano após ano desde 1940 até 1980, com exceção do período de 62 a 67, o salário mínimo real flutuava entre retração e crescimento, atingindo seu pico em 1961 e decaindo desde então. Oliveira acrescenta:

(...) podemos-se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, reduz pela metade o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano 1958, é marcada pela deterioração do salário mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart. (Francisco de Oliveira, 2003, p. 52)

A partir de meados dos anos 50, com a indústria pesada, o aparato estatal volta-se à manutenção das altas taxas de lucro no interior do sistema através do subsídio à compra de bens de capitais do exterior, uma vez que nossa indústria não produzia tal maquinário. Esses incentivos concedidos para a renovação dos parques industriais, tiveram o efeito de *esterilizar* o capital nacional (OLIVEIRA, 2003, p. 71), ou seja, para manter o ritmo do sistema de acumulação, o governo estaria transferindo seus impostos diretamente para a iniciativa privada, que ganharia com subsídios e com o incremento de produtividade do novo maquinário.

O governo JK também marca os primeiros esforços de planejamento regional, dado a integração produtiva nacional que ocorre com os investimentos na infraestrutura rodoviária, abrindo caminho para a indústria automobilística estrangeira se instalar no país. Nesta fase da industrialização, altamente intensiva em bens de capitais importados, havia a necessidade constante de aumento nas taxas de lucros como condição necessária para financiar o avanço das empresas nacionais para os novos mercados regionais do país. Mais uma vez, o Estado através dos subsídios descritos no parágrafo anterior, serviu de instrumento para a apropriação desigual do excedente gerado na indústria, que em adição ao aumento dos fluxos migratórios do campo para as cidades, permitiu o aumento da taxa de exploração do trabalho sem que houvesse um incremento real nos salários médios. O resultado deste processo é, sem surpresa, o aumento da concentração de renda no topo da pirâmide social (Tabela 1 e 2). Nas condições dessa exploração como peça fundamental do sistema, a trajetória virtuosa da cidade não é capaz de corrigir as desigualdades de renda, que 2 .

Tabela 1 - Distribuição da renda por porcentagem da população em 1960

POPULAÇÃO		RENDA	
% População	% Acumulada	% Apropriada	% Acumulada
30	30	6,37	6,37
10	40	4,83	11,20
10	50	6,49	17,69
10	60	7,49	25,18
10	70	9,03	34,21
10	80	11,31	45,52
10	90	15,61	61,13
10	100	38,87	100,00
5% superiores		27,35	
1% idem		11,72	

Fonte: Oliveira, 2003.

Tabela 2 - Distribuição da renda por porcentagem da população em 1970

POPULAÇÃO		RENDA	
% População	% Acumulada	% Apropriada	% Acumulada
40	40	9,05	9,05
10	50	4,69	13,74
10	60	6,25	19,99
10	70	7,20	27,19
10	80	9,63	36,82
10	90	14,83	51,65
10	100	48,35	100,00
5% superiores		36,25	
1% idem		17,77	

Fonte: Oliveira, 2003.

O movimento sindical que havia sido importante para o estabelecimento das leis trabalhistas nos anos 40, iniciaria uma nova etapa da disputa por melhores salários

conforme o país caminhava para a recessão econômica do ano de 1963. Frente à desilusão com o populismo, era a pressão política da classe trabalhadora o único meio possível para modificar a realidade dos salários reais decrescentes. Oliveira (2003, p. 75) esclarece que existem duas condições dentro do capitalismo que elevam os salários: Ou a oferta de mão-de-obra é pequena a ponto de elevar a remuneração sobre o trabalho, ou a força política dos trabalhadores é tanta que pode afetar a balança de distribuição. Como a primeira hipótese não se aplica ao caso brasileiro, restava a segunda, mas com o golpe militar de 1964, a luta dos trabalhadores seria soterrada até o surgimento do novo sindicalismo em 1978. A desativação da sociedade civil permitiu a manutenção do salário mínimo real a um nível menor que o de 1940 durante os 21 anos do governo militar (POCHMANN, 2014, p. 60).

2.2 - Caminho para “crise urbana”

A problemática que se instaura no novo modelo de acumulação, que avançou modificando o território, é o da urbanização precária. Ela é não só precária em termos de infraestrutura, do acesso aos serviços públicos à favelização, mas principalmente pela má-inserção econômica dos novos moradores da cidade, como descrito na seção anterior. O adensamento urbano se intensifica a partir dos anos 60, e o projeto político-conservador do governo militar afastou qualquer possibilidade das reformas de base relacionadas à questão fundiária, que afetariam significativamente a questão do contingente populacional nas cidades.

O “ponta-pé” do problema começa com a disparidade entre campo e urbano, e se intensifica com a concentração geográfica das atividades produtivas principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mesmo antes de 1930, havia fluxos de migração entre as regiões do país de acordo com os ciclos de atividade extração, por exemplo, o ouro, o algodão, a borracha, entre muitos outros. Porém, alguns acontecimentos privilegiaram o Sudeste do país como local da expansão industrial.

A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, além de ser a capital do Brasil até a construção de Brasília, foi também o lar da família real portuguesa no século XIX, o que conferiu a ela uma importância militar, política e cultural, recebendo diversas funções administrativas e financeiras, bem como algumas fábricas. São Paulo, que durante muito tempo foi um pequeno assentamento à margem de dois rios, se beneficiou quando a produção cafeeira se moveu do Vale do Paraíba para o interior do estado de São Paulo, passando a atender as lavouras do interior. Sua localização estratégica entre a produção de café e o porto de Santos, principal escoador de grãos, lhe serviu como entreposto comercial.

Haviam os antigos epicentros econômicos do país, como a região de Ouro Preto ou a antiga capital nacional, Salvador, retrato dos antigos ciclos de acumulação colonial. Porém, estas regiões encontravam-se estagnadas no século XX, com cidades dispersas e pouco integradas. A proximidade entre o centro das decisões políticas e a principal atividade econômica do país, da qual emergia uma nova elite, tornaram o Sudeste o polo dinâmico do Brasil, captando os esforços da política

industrial até a questão regional vir a ser pautada pelo Estado no fim da década de 50.

Com certas condições pré-existentes, a “nova” indústria instalou-se nos arredores da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, tendo acesso a mão-de-obra do campo e as principais infraestruturas de transporte da produção agrária, como portos e ferrovias. A atividade industrial demanda serviços complementares, gerando o arrasto econômico que abre a oportunidade para outras empresas explorarem. A massa trabalhadora precisa ser abastecida, mobilizando as regiões integradas pela malha de transporte a produzirem alimentos e as matérias primas que seriam transformados pelas indústrias. Os assalariados, por sua vez, criam a demanda para o comércio, para os serviços pessoais, para as novas atividades de lazer, para os serviços públicos e assim continuamente, gerando o ciclo virtuoso da cidade que abordamos anteriormente. O salário mínimo criou um canal para a classe baixa acessar certos bens de consumo ao estabelecer uma renda superior a aquela adquirida no campo. Mesmo que houvesse demanda para o emprego rural, uma demanda equivalente, senão superior, existia na cidade.

Dentro desses moldes, ocorreu a *urbanização suportável* (CANO, 2011, p. 17, p. 132), quando as cidades ainda possuíam capacidade de acomodar a população migrante de forma mais ou menos adequada, ou seja, incorporando sua mão-de-obra ao processo produtivo. Como demonstrado por Oliveira (2003), o processo de acumulação urbano tinha como componente o terciário informal operando com baixa remuneração, e para Cano (2011), estes trabalhadores marginalizados foram os pioneiros no processo de moradia irregular na cidade.

Outro fator agravante para a situação urbana foi a rápida modernização da atividade agrícola com a chamada “revolução verde”. O uso de insumos químicos, maquinário e de técnicas avançadas se difundiu rapidamente no setor primário, causando a elevação da produtividade deste. O cenário internacional desfavorável da crise de 1929 havia mudado, existia naquele momento uma enorme demanda internacional por *commodities* para subsidiar as crescentes economias capitalistas no pós-guerra. Desde os anos 60, do governo civil ao militar, lançaram-se os programas de diversificação da produção agrícola e da expansão da área cultivada, através do crédito facilitado e outros subsídios, para atender os mercados importadores.

A modernização da produção da terra seria um dos responsáveis pelo aumento na taxa de expulsão da população rural, pois a necessidade de empregar mão-de-obra havia diminuído. A produção de alimentos para o mercado interno passa a ter suas terras absorvidas pela expansão dos latifúndios, que tem como efeito o desabastecimento e a elevação dos preços dos alimentos que são produzidos cada vez mais distantes dos centros consumidores e em terras menos produtivas.

Se até os anos 60 as cidades ainda acomodavam e empregavam os recém-chegados, é nos anos 70 que se instaura o *caos urbano* (CANO, 2011, p. 17). A aceleração dos processos migratórios para o Sudeste pela modernização do campo, vai de encontro com o enxugamento da força de trabalho que ocorria na indústria pela incorporação das tecnologias poupadoras de mão-de-obra, processo que se intensificava na industrialização pesada a partir da metade da década de 50, daí decorre o fenômeno do inchaço do terceiro setor, como analisam Cano (2011) e Oliveira (2003) em suas leituras sobre o urbano. A mão-de-obra que não pode ser absorvida produtivamente pela indústria acaba sendo alocada informalmente no setor de serviços, como esboçamos anteriormente. A renda destes empregos informais no terciário é uma fração do salário praticado no emprego formal urbano, que muitas vezes esteve abaixo do custo de subsistência.

A soma desses fatores resulta na pobreza urbana e na degradação da qualidade de vida, com um exército de reserva de mão-de-obra ocupando terrenos invadidos, prédios abandonados, encostas de morro, cortiços e favelas, lugares altamente adensados e carentes de infraestrutura básica como saneamento e eletricidade. Ao atingirmos esse estado, precisamos refletir sobre as condições de vida no campo, que não era favorável e não apontavam para uma possível melhora. Porém, a pobreza urbana vai gerar uma escalada dos problemas socioeconômicos, incluindo agora novos componentes como a violência urbana, a poluição e as catástrofes climáticas como enchentes e deslizamentos (CANO, 2011).

O modelo de crescimento do país havia sido conduzido sobre forte endividamento público desde o governo JK. Quando avançamos no tempo, nos deparamos com duas crises internacionais nos anos 70, afetando o dinamismo da economia que já funcionava sobre uma estreita margem de ajuste por parte do Estado. A gestão pública é desafiada com demanda por serviços públicos feita pela

população pobre, em dissonância com a queda na arrecadação e na participação da atividade econômica (CANO, 2011, p. 23).

O efeito disso é a incapacidade do Estado e sociedade em solucionar a crise urbana que se formava, enquanto na esfera das decisões políticas do passado, excluía-se por razões ideológicas as reformas estruturais como a ocorrência da reforma agrária para desafogar as principais cidades e reequilibrar a malha urbana.

2.3 - Crítica à síntese neoclássica

Para Krugman (1996), a teoria desenvolvimentista desapareceu do debate *mainstream* porque seus prognósticos não funcionaram e suas bases teóricas não puderam ser modeladas. Porém, a preocupação com a pobreza das nações continuou, dessa vez, vestida de microeconomia e dispendo de representação matemática. Porém, o que a teoria neoclássica produziu enquanto orientação política-econômica para o sul global? Neoliberalismo - a exacerbação da orientação de mercado. Mesmo que Glaeser esteja correto sobre como reconduzir a desigualdade, a pobreza está muito longe de ser um problema de mercado, mas sim a expressão da política conservadora que serviu para manutenção dos ganhos da elite ao preço da exploração do trabalho. Segundo a leitura de Oliveira (2003), se tomarmos o caminho indicado por Glaeser (2016) sem resolvermos a estrutura que segrega e concentra, nunca iremos experienciar o tão desejado salto de qualidade de vida, só iremos contribuir para o problema dos baixos salários e da pouca absorção do exército de reserva.

Entender o motivo da paralisia, do declínio das cidades, não significa, porém, a possibilidade de uma mudança de rota, pelo menos não no curto prazo. A urbanização não funciona como um painel onde o *setup* pode ser facilmente ajustado. O ressurgimento da dinâmica urbana virtuosa depende de uma série de *inputs*, políticos e econômicos, que surgem dentro de uma janela de oportunidades. As bases nas quais a industrialização-urbanização se assentou, ditam hoje a profundidade da crise urbana. Os gastos públicos com a industrialização não poderão ser recuperados, pois a indústria desapareceu aos poucos do território e a acumulação do sistema encontra-se hoje na esfera dos serviços avançados, relacionados com a economia de conhecimento como aponta Storper (1997), e do mercado financeiro.

Existe um viés ideológico imbricado na teoria do crescimento neoclássica, que acaba combatendo o desenvolvimento na periferia do capitalismo ao afastar as reformas de base, ditas socialistas, da redistribuição da riqueza, da renda e da terra. Podemos argumentar contra a perspectiva de Glaeser se pensarmos na ocorrência da reforma agrária, onde uma distribuição mais igualitária de terras poderia assegurar uma fonte de renda para as famílias camponesas e suas futuras

gerações, sem que isso cessasse necessariamente as externalidades positivas da economia de aglomeração, uma vez que a melhor distribuição demográfica no território não implica necessariamente em menor grau de atividade econômica para determinada nação, vide o exemplo dos países como França e Alemanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura realizada nesta pesquisa é de suma importância para o debate dos caminhos para o desenvolvimento da nação brasileira. Após a recente pandemia de Covid-19, observamos o tensionamento das bases da economia de aglomeração, com milhões de trabalhadores perdendo suas fontes de renda da noite para o dia após a imposição do distanciamento social. A quebra das cadeias globais de abastecimento como resultado da paralisação das atividades, reacendeu o debate sobre a volta da industrialização e dos arranjos produtivos locais.

Após debatermos o tema da concentração de renda como condição para a expansão do capitalismo no Brasil, torna-se possível entender como ainda hoje a pobreza persiste após anos de crescimento econômico. Possuímos as capacidades necessárias para revertermos a tendência de pobreza e alta informalidade do emprego, basta sabermos se superamos a estrutura política focada na reprodução das elites.

A intenção em utilizar um livro sobre economia urbana que atingiu o *mainstream*, que se apoia em grande volume de exemplares vendidos, é uma forma de questionar se o conhecimento sobre o tema que atinge as massas, é suficiente para explicar as raízes da nossa urbanização e conseqüentemente, sua capacidade crítica para pensarmos nos principais desafios do planejamento hoje. Imersos na crise urbana, temos um longo caminho pela frente, porém, é essencial que tenhamos as lentes de análise correta para assegurar um bom diagnóstico da situação.

O que reconhecemos com este trabalho é que a leitura da cidade que habita a leitura neoclássica, é incapaz de capturar a crítica estruturalista. Sem ela, não teremos os subsídios necessários à superação do modelo reprodutor da informalidade e da má-inserção no ciclo de acumulação. A ideia de uma "zona de influência" urbana, da circulação das ideias, da dinâmica virtuosa, não é suficiente por si para resolver os problemas específicos no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de Maio de 1940. **Institui o Salário Mínimo**, e dá outras providências. Câmara dos Deputados: Rio de Janeiro. 1940. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BECATTINI, Giacomo. **The Marshallian industrial district as a socio-economic notion**. Revue d'économie industrielle, nº 175, p. 13-32, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rei.6507>>. Acesso em: 09 jan. 2023.

CANO, Wilson. **Ensaio Sobre a Crise Urbana do Brasil**. Campinas. Editora da Unicamp, 2011.

OLIVEIRA, Francisco D. **Crítica à Razão Dualista - O Ornitorrinco**. 1ª Edição Eletrônica. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

GLAESER, Edward. **O Triunfo da Cidade**. 2ª Edição. São Paulo. BEI Comunicação, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

KLINK, Jeroen J. **A Cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista**. 1ª Edição. Rio de Janeiro. DP&A, 2011.

KLINK, Jeroen J. **Economia Urbana**. São Paulo. Não-publicado.

KRUGMAN, Paul. **Geography and Trade**. Leuven (Belgium) e Cambridge, (Massachusetts). Leuven University Press e The MIT Press, 1991.

KRUGMAN, Paul. **Development, Geography and Economic Theory**. Cambridge e London (England). The MIT Press. 1996.

LOWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Actuel Marx, Paris, v. 18, p. 73-80, 1995. Tradução de Henrique Carneiro. Disponível em: <<https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

MATTEO, Miguel. **Teorias de desenvolvimento territorial**. Economia Regional e Urbana. Brasília. IPEA, 2011.

MONBEIG, Pierre. **O crescimento da cidade de São Paulo**. In SZMRECSÁNYI, Tamás. (org). História Econômica da Cidade de São Paulo. São Paulo. Editora Globo, 2004.

NASSIF, André. **O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje**. 49º Encontro Nacional de Economia da Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). ANPEC, 2021. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_/i2-8131f48c2e25cf8adf6a27037f6cd3cb.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

TINOCO, Alexandre. **Das economias de aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento: por uma releitura de São Paulo**. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, Belo Horizonte, v 5, n. 1, p. 47-61, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p47>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

POCHMANN, Marcio. **O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social**. 1ª Edição. São Paulo. Boitempo Editorial, 2014.

STORPER, Michael. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. London e New York. Guilford Press, 1997.